
Arraiá da Capital: recorte de gênero e raça nas reportagens do Jornal Anhanguera 1ª edição¹

Elaine Nolêto Jardim²

André Luis Campanha Demarchi³

Verônica Dantas Meneses⁴

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

Resumo

A pesquisa descreve como as mulheres participantes do Arraiá da Capital, em um recorte interseccional, são representadas na mídia por meio da Análise de Conteúdo (AC) de três reportagens do Jornal Anhanguera 1ª edição, veiculadas em junho de 2019. A festividade é uma das maiores manifestações culturais de Palmas (TO). O trabalho é embasado teoricamente em algumas autoras do feminismo negro, como Adiche (2015) e Ribeiro (2015). Com a análise, nota-se estereótipos de gêneros e classe enfatizados na mídia e a necessidade de práticas de comunicação não violenta.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Arraiá da Capital. Gênero. Raça.

Introdução

Espaços de poder têm tido, cada vez mais, mulheres como protagonistas, fato que ocorre em diversos âmbitos da sociedade, seja no mercado de trabalho, nas relações sociais, na cultura. Lugares tidos como predominantemente masculinos possuem, na contemporaneidade, o avanço da participação feminina. Mulheres chefiam famílias (mulheres negras em sua maioria), elegem-se presidentes, são maioria nas universidades, acontecimentos estes que não eram possíveis no passado. Muitas conquistas foram alcançadas após muita mobilização e luta, como o direito ao voto, a participação na política, aos métodos contraceptivos, ao trabalho e, claro, a tão quista e utópica igualdade de gênero.

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e-mail: elainenoletto07@gmail.com

³ Doutor em Antropologia Cultural. Docente do PPGCom/UFT e do curso de Ciências Sociais da mesma instituição, e-mail: andredemarchi@gmail.com

⁴ Doutora em Comunicação. Docente do PPGCom/UFT e do curso de Jornalismo da mesma instituição, e-mail: veronica@uft.edu.br

Cabe destacar que, no caso das mulheres negras, essa luta tem o percalço do racismo. Isto é, além de sofrer opressão por sua condição de mulher, são oprimidas e lhe são negados direitos por serem negras. Por muito tempo a escravidão de pessoas negras esteve presente em diversos países do mundo, fato que atrasou por séculos diversas conquistas, como o mercado de trabalho formal, a escolarização, o acesso à moradia digna, entre outros. Davis (apud Ribeiro, 2015) explica a necessidade de reforçar que o feminismo negro não busca criar “cisões” ou hierarquizar opressões e, sim, rompê-las dentro da sociedade desigual. Segundo a autora, pensar o feminismo negro é “pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade”. Ribeiro acrescenta que o movimento também busca “divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências” (RIBEIRO, 2015, p. 10).

Mesmo com diversos avanços sociais, as mulheres e mulheres negras continuam a sofrer com estereótipos de gênero e raça que ditam como elas devem ser e se portar, ação que é reforçada pela mídia. Sua imagem está vinculada à beleza, ao sexo, aos afazeres domésticos, à submissão e subalternidade, ações que as fazem, muitas vezes, não terem respeito e representação adequados. De acordo com Machado, estes Estereótipos e representações equivocadas ou machistas “São receitas baseadas nos seculares preceitos patriarcais de como assujeitar, explorar e dominar mulheres e meninas (crianças e adolescentes)” (MACHADO, 2015, p. 146). Para Adichie (2015), há uma grande problemática na questão de gênero, pois é ela quem diz como as mulheres devem ser, ao invés de reconhecer quem são e que elas terão mais felicidade se forem livres e não precisarem viver esse peso.

É notável que as pautas de gênero e raça têm sido amplamente discutidas e que se alcançaram mais respeito ao longo dos anos, entretanto, o assunto segue de suma importância para que os meios de comunicação se adequem e passem a visibilizar as mulheres de forma não objetificada e a sociedade seja influenciada por boas práticas. Sobre essa objetificação, Corrêa et al (2018, p. 3) comentam que é comum mulheres negras não serem vistas em espaços de poder e que a imagem delas está ligada a “trabalhos socialmente desvalorizados e geralmente mais relacionados ao corpo, ao cuidado e à manutenção da vida do que à atividade intelectual”.

Assim como Ribeiro, as autoras também convidam para pensar um recorte racial e viabilizar, dessa forma, o entendimento da comunicação “não como produtora de

sujeição e apagamento simbólico, mas como instância de múltiplas experiências de interação nas sociedades estratificadas” e, além disso, pensar a sociedade e a comunicação locais onde “são travadas disputas de sentidos sobre as narrativas da vida social” e que para as mulheres negras representam luta, visto que são contadas como “sujeito social dotado de cidadania e autonomia, um sujeito relacional com acesso à fala, à visibilidade e à aparição na cena pública” (CORRÊA et al, 2018, p. 166).

Um cenário que também evidenciam estereótipos em relação à mulher é o mundo das quadrilhas juninas. Particularmente em Palmas, Tocantins, a história das quadrilhas e festejos juninos se confundem com a povoação dos bairros periféricos, excluídos do processo inicial de planejamento da última capital planejada do Século XX (MENESES; RIBEIRO, 2015). Nesse sentido, este trabalho buscou elencar tópicos que tratam sobre a representação das mulheres e mulheres negras em três reportagens do Jornal Anhanguera 1ª edição, exibido pela TV Anhanguera, emissora filiada à Rede Globo no Tocantins, na faixa do meio-dia, no mês de junho de 2019, período de realização da última edição do evento. O conteúdo jornalístico está hospedado no portal de notícias G1 Tocantins⁵.

Selecionadas, as reportagens passaram por alguns procedimentos metodológicos propostos pela Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011). A pesquisadora descreve que esses elementos consistem em pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (BARDIN, 2011). Esta pesquisa é qualitativa, isto é, trata-se de uma análise subjetiva dos conteúdos coletados, que são variados, pois expõe aspirações, motivação, sentimentos, ações essas que não são quantificáveis por meio de variáveis (NOGUEIRA, 2018).

Com isso, foram observadas três categorias em relação ao conteúdo das reportagens, a partir do referencial teórico proposto, quais sejam⁶: empoderamento, espaços de ocupação e estereótipos de gênero e raça reforçados pelo programa jornalístico. Estas categorias foram compreendidas a partir de referenciais como quantidade de fontes femininas, informações sobre as personagens femininas nas quadrilhas e sobre o papel destas mulheres nos festejos. As mulheres das reportagens analisadas são participantes, tanto membros dos grupos de quadrilha, tanto como mulheres que fazem parte do público do Arraiá da Capital São João das Palmas, realizado em Palmas, Capital do Tocantins.

⁵ g1.globo.com/tocantins

Este trabalho faz um recorte de raça, dentro da categoria gênero, a chamada interseccionalidade, por entender que é necessário ter um olhar diferenciado, nos vários campos do conhecimento, e especificamente nos meios de comunicação, a fim de analisar o tratamento que vem sendo dado às mulheres em geral e às mulheres negras na mídia. Buscou-se, portanto, com este trabalho, verificar como as mulheres que participam da festividade junina são representadas na mídia, levando em consideração que o Arraiá da Capital é um espaço que envolve a participação feminina em diversos aspectos, como veremos adiante.

Arraiá da Capital

O Arraiá da Capital São João das Palmas é uma das mais importantes e prestigiadas manifestações culturais palmenses, cujo circuito realizou a sua 27ª edição em 2019 e acompanha a história da mais nova Capital do Brasil e de seus habitantes. Em 2020, segundo a Prefeitura de Palmas, o número de pessoas que participaram da festa chegou a 40 mil pessoas e dezessete grupos de quadrilha se inscreveram para participar do evento. Grupos participantes chegaram a vencer competições nacionais de quadrilhas juninas e estiveram em eventos internacionais (JARDIM, 2017). O festejo celebra as festas juninas, manifestação presente em todo o território nacional, onde são vendidas comidas típicas, com a apresentação de shows de músicos regionais e nacionais e a competição de quadrilhas⁶, carro-chefe do evento.

A festa nasceu nas comunidades mais distantes do centro planejado da Capital. Inicialmente organizada espontaneamente pelo povo, com o passar dos anos o *Arraiá* passou a ser organizada e ter apoio financeiro da Prefeitura de Palmas, que premia os grupos mais bem classificados na competição de quadrilhas, abre edital para seleção de vendedores de comidas típicas, seleciona e paga músicos para se apresentarem.

As quadrilhas que competem no festejo se aperfeiçoam durante todo o ano para realizar a apresentação. Durante o período junino, os participantes recebem grande enfoque social e da mídia, quando o período acaba, passam a ser invisibilizados. A participação feminina na manifestação cultural, em números, é semelhante à masculina,

⁶A quadrilha é uma dança que integra às festas juninas. O estilo nasce de uma dança de salão francesa para quatro pares, chamada *quadrille*. A dança retrata a vida sertaneja, chamada “caipira”. (ANJOS; JARDIM; TAMIOSO, 2017)

tendo em vista que os grupos de quadrilhas são compostos por pares, sendo um homem e uma mulher. Os grupos de quadrilhas são formados em grande número por pessoas negras, advindas de regiões consideradas mais periféricas da Capital. A festividade acaba por ser local de resistência.

Os grupos são divididos em casal de noivos, casal de reis, marcador e os dançarinos e a equipe de apoio, que engloba figurinistas, cantores, costureiros e o representante da quadrilha. Sabe-se que há funções na manifestação desempenhadas em sua maioria por homens, como o marcador, o presidente de quadrilha. Fato que reflete a realidade da sociedade contemporânea, caracterizada pela existência de funções desempenhadas por homens e outras por mulheres, ações que corroboram o sexismo marcado pelos discursos patriarcais e machistas, como por exemplo definir que rosa é uma cor feminina e azul uma cor masculina, quando as cores são uma convenção, não possuem gênero.

Perspectiva de gênero, raça e representatividade

Após muita luta e a conquista de avanços, o debate de gênero tem se tornado global. Na questão das mulheres negras, o debate interseccional tem ocorrido aos poucos. Sabe-se que a maneira pela qual as pessoas são representadas em diversos âmbitos da sociedade define como a sociedade estereotipa os gêneros e as raças.

Os estudos de Meneses e Miranda (2015, p. 8) despertam uma reflexão por meio da qual as mulheres são tidas como “objeto sexual, ao mesmo tempo em que apresenta o sexo feminino como um ser frágil. Na mídia, percebe-se que a mulher ideal é jovem, magra, branca, feminina e [...] é posta como fadada à condição de objeto sexual, de esposa e de mãe”. Para que ocorra a quebra desses estereótipos, tanto de gênero, quanto de raça, é necessário que homens e mulheres, brancos e negros, estejam igualmente representados pela mídia para que a representatividade seja coerente com a realidade das pessoas e que preconceitos não sejam enraizados.

No entendimento de Ribeiro (2015, p. 25), “tirar essas pautas da invisibilidade [...] mostra-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui”. E o que é interseccionalidade?

O termo interseccionalidade foi elaborado por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991) para nomear e sistematizar a perspectiva teórico-metodológica de

diversas ativistas e intelectuais negras que pensam as questões de raça, gênero, classe, sexualidade, dentre outras, como opressões de natureza interligada, que não operam de forma isolada, mas se sobrepõem e se combinam de forma a complexificar as estruturas de poder e subalternidade. Essas identidades atribuem significados e sentidos às falas dos sujeitos, revestindo-as de (des)legitimidade discursiva conforme o lugar que ocupam na teia da realidade social – uma teia permeada pelas posições políticas dos sujeitos, por suas visões de mundo e também pelos imaginários hegemônicos que naturalizam as construções sociais de preconceito, discriminação e hierarquização (CORRÊIA et al, 2018, p. 8).

Beauvoir reforça que as relações entre homens e mulheres são de submissão e denominação, em que a mulher é vista através do olhar do homem. As mulheres não se definem a si mesmas, mas são subjugadas pelo homem, que as confina em posição de dominação. Ou seja, ela é caracterizada como *o outro* (BEAUVOIR, 1980b, *apud* RIBEIRO, 2015). O recorte de raça e pobreza complexifica ainda mais a condição da mulher. No caso das mulheres negras, Ribeiro (2015) aponta que elas ocupam um espaço ainda mais difícil de reciprocidade: *o outro do outro*. Por definição,

mulheres negras foram assim postas em vários discursos que deturpam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico, em teoria. É por causa dessa falta ideológica, argumenta Heidi Safia Mirza (1997) que as mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Nós habitamos um tipo de vácuo de apagamento e contradição “sustentado pela polarização do mundo em um lado negro e de outro lado, de mulheres.” (MIRZA, 1997: 4). Nós no meio. Este é, é claro, um dilema teórico sério, em que os conceitos de “raça” e gênero se fundem estreitamente em um só. Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos (KILOMBA, 2012, p. 56, *apud* RIBEIRO, 2015).

Ribeiro (2015, p. 56) expõe que reconhecer tais variáveis, “nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a invisibilidade da realidade das mulheres negras”. A autora afirma que essa interseccionalidade é necessária para romper com as divergências presentes em uma sociedade que é desigual, ou seja, pensar em novas ações, marcos civilizatórios para que um novo modelo de sociedade possa existir.

Telejornalismo e abordagens sexistas e racistas

Conforme Fisher (2001, p. 3), “a mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos”, caso da televisão, mídia presente

em grande parte dos lares brasileiros⁷. A TV acompanha o cotidiano da sociedade e se molda a partir dele. E vice-versa. Nesse sentido

Os discursos veiculados pela mídia acionam poderosos efeitos de verdade, que podem contribuir significativamente para a construção das identidades dos sujeitos. [...] podemos afirmar que a mídia, especialmente a televisiva, pode ser considerada como um espaço educativo, uma vez que produz conhecimentos a respeito da vida, do mundo que nos cerca, de como devemos ser ou nos comportar, do que devemos gostar (FISCHER, 2001, p. 3).

O telejornalismo, dada a relevância da TV nos dias atuais, é uma importante fonte de informação. Para Beffa (2017, p. 122), “o jornalismo como meio de comunicação tem um grande dever moral e civilizatório na construção da cidadania e do ser humano como parte da sociedade”. No entanto, essas questões nem sempre são levadas em conta. A mídia acompanha a sociedade e, por isso, acaba por reproduzir os “ismos” ainda presentes no mundo pós-moderno. Caso do machismo e o racismo. Sobre a questão de gênero e mídia, segundo Fisher (2001, p. 7):

Na mídia de nossos dias, os modos como se constroem representações da afetividade, do corpo, da sexualidade da mulher de todas as faixas de idade e de todas as condições sociais indicam uma tensão entre as inúmeras conquistas das lutas feministas e aqueles universais que, entre outras posições, colocam a mulher entre a falta e a sedução [...], há uma íntima relação entre poder e subjetividade, entre poder e sexualidade e, diríamos nós, entre poder e constituição de gênero. Num tempo como este, em que se elege o corpo como o lugar de todas as identidades, não há como ignorar que a histórica desigualdade nas relações entre homens e mulheres constitui profundamente não só o corpo feminino como também as identidades de gênero.

No caso das mulheres negras, na mídia elas são muitas vezes apresentadas como objeto sexual, ou como vítima ou protagonista de crimes. A abordagem é simplista. A mulher negra raramente está em espaços privilegiados na mídia, poucas vezes é vista como pessoa instruída e que detém algum poder. Se a mulher branca é em diversas ocasiões, silenciada, a mulher negra tampouco tem voz. Expostas essas questões, parte delas a necessidade de analisar tais fenômenos no telejornalismo (SANTOS et al, 2017). Barbosa e Souza (2018, p. 8) em “A solidão das meninas negras”, ao citar Collins (2016), destacam que “combater estereótipos ligados ao gênero e à raça tem sido uma questão central para resgatar a dignidade de mulheres negras” e que “essa é uma estratégia que

⁷ Dados divulgados em 2016, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que apontaram que das 67,373 milhões das casas brasileiras existiam 102.633 milhões tinham televisão.

estremece as desigualdades sociais porque a identidade feminina negra, por essência, afronta o sexismo, o racismo e a pobreza”.

De acordo com os estudos de Beffa (2017), apesar de existirem mais mulheres jornalistas, a maioria das fontes são homens, não há equilíbrio entre as fontes femininas e masculinas. Há também a estereotipação das fontes femininas, além disso, raramente há reportagens que desafiem esses estereótipos. No caso das mulheres negras, elas também são minoria e quando aparecem é em um papel secundário, mesmo quando são protagonistas de alguma pauta racial (MUNDO NEGRO, 2016).

A seguir, são analisadas as três reportagens que tratam sobre a realização do Arraiá da Capital, veiculadas no Jornal Anhanguera 1ª edição em junho de 2019, período em que a festa ocorreu.

Conheça o processo criativo de escolha dos figurinos para as quadrilhas juninas

O Jornal Anhanguera 1ª edição veiculou a reportagem “Conheça o processo criativo de escolha dos figurinos para as quadrilhas juninas” no dia 18 de junho de 2019 com duração de dois minutos e quarenta e cinco segundos. A reportagem de Manoela Messias expõe como as vestimentas dos quadrilheiros que participam da competição de quadrilhas do *Arraiá* da Capital são feitas. O figurino tem sido elemento de destaque nas competições, especialmente o luxo das peças femininas.

De acordo com a narrativa, a idealização e fabricação das roupas começam em novembro do ano que antecede o evento. Em maio, as roupas precisam estar prontas para que os dançarinos possam ensaiar com elas e assim terem um melhor desempenho na apresentação. Na reportagem, as roupas definidas como femininas recebem grande destaque, comenta-se sobre seus adereços e babados. Um fato que impressiona é que pesam mais que quatro quilos. As roupas consideradas masculinas não chegam a ser mencionadas. A participação feminina no conteúdo televisivo é predominante. Duas mulheres e um homem são entrevistados pela repórter. Em contrapartida, as entrevistas com as fontes de gênero feminino se revelam problemáticas: a repórter enfatiza o fato de uma mulher trabalhar em excesso, realizando uma jornada dupla de trabalho, e o caso de outra que se sente “grata” mesmo tendo que vestir uma vestimenta que pesa mais de quatro quilos. Na primeira entrevista, a mulher em questão é negra, professora e costureira. Na narrativa televisiva, a mulher comenta que se “desdobra em duas” durante

o período junino, tendo em vista que, além de ter que dar aulas em uma escola da Capital, precisa fazer as roupas de diversos quadrilheiros que participam das competições.

A segunda mulher entrevistada também é negra e comenta sobre a oportunidade de poder ensaiar com seu figurino pronto. O peso da roupa choca, como no seguinte trecho: “Ensaiai com uma roupa normal é uma coisa. Agora pegar um vestido que pesa 4 kg e aprender a balançar ele, é uma coisa completamente diferente. É muito gratificante, é muito legal. É maravilhoso balançar o vestido e tudo” (Entrevista concedida ao Jornal Anhanguera 1ª edição).

O único homem entrevistado é um figurinista branco. Aquele que pensa e desenha, dá ordens, planeja ações que são executadas por outras pessoas, e, claro, chefia um ateliê. A entrevista o expõe em um papel de poder em relação às mulheres retratadas ao longo da reportagem e reforça novamente o estereótipo sexista, racista e machista de que mulheres não devem ocupar posições consideradas socialmente superiores.

Veja como foi as primeiras apresentações das quadrilhas do Arraiá do Capital [sic]

No dia 21 de junho, o Jornal Anhanguera 1ª edição veiculou a reportagem “Veja como foi as primeiras apresentações das quadrilhas do Arraiá do Capital”. Feito por Heitor Moreira, o conteúdo teve a duração de três minutos e trinta segundos. O repórter expõe os temas das quadrilhas e pontos marcantes da festa. Três mulheres, duas brancas e uma negra, e um homem negro são entrevistados. A primeira quadrilha a se apresentar foi *Fogo na Cumbuca*. Em sua apresentação, o grupo expõe a história de uma costureira, interpretada por uma dançarina negra, que foi sequestrada por um cangaceiro, e acaba se “apaixonando” pelo mesmo⁸. Em seguida, o repórter faz um enfoque em sua narrativa ao relatar que o vestido de uma das dançarinas do grupo junino citado rasgou. Ela também é negra. Imagens de suas costas nuas e o seu desespero para continuar a *performance* são mostrados. “Segurou com a mão e foi?”, questionou o profissional à entrevistada, que reforçou que ama tanto o que faz que isso não a fez parar de dançar.

⁸ Estado psicológico em que uma pessoa, geralmente mulher, após passar por grande período de intimidação, passa a ter sentimentos afetivos por seu agressor. A temática da junina se mostra problemática por exaltar e até fazer uma apresentação sobre uma vítima se apaixonar por seu agressor, pois os temas das juninas, geralmente, trazem uma mensagem de luta contra injustiças, valorização de um povo que sofre, resistência. A questão cabe uma análise futura em um próximo trabalho, tendo em vista que este aborda a representação da participante feminina nesta manifestação cultural, através do telejornalismo.

A segunda entrevistada também é mulher negra e faz parte do mesmo grupo de quadrilhas. Ela passou mal durante a apresentação e precisou ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros. A quadrilheira relata que teve uma contusão no joelho e mesmo assim continuou a se apresentar. O repórter reforça o discurso de “o amor pela junina a fez continuar”, assim como no caso da primeira entrevistada. A sentença é reforçada pela fonte. Posteriormente, o repórter conta como ocorreu a apresentação do grupo *Nação Junina*. Em sua apresentação, a equipe de quadrilheiros contava a história de amor de um casal que se conheceu em um fervedouro⁹ no Jalapão, importante ponto turístico do Tocantins. Nessa parte da reportagem, ninguém é entrevistado.

Moreira expõe a terceira apresentação de quadrilhas do Grupo de Acesso, *Já Vim Já Vou*, que performou sobre o céu e o inferno. O marcador que é negro e interpretava o diabo foi questionado de uma forma lúdica sobre ter ou não medo de interpretar a personagem. O homem sorriu e disse que reza todos os dias.

Em outra parte da reportagem, o profissional comenta sobre as apresentações de quadrilhas que ocorrerão no dia seguinte. É possível destacar que até este ponto da reportagem as mulheres atuam como aqueles indivíduos que amam incondicionalmente participar da festividade, apesar das más condições que são atreladas a esse amor. No caso dos homens, nota-se que eles são tratados com neutralidade, não observando nada que exponha sua intimidade.

Posteriormente, uma mulher branca que ocupa o cargo de presidente do grupo *Pula Fogueira* é entrevistada. Ela comenta como a quadrilha tem se organizado para vencer a competição, que afirma ser um sonho. A entrevista é conduzida de forma neutra e, até esse momento, nenhuma questão de gênero é mostrada, ainda que se trate da presença pouco comum de uma mulher presidir uma quadrilha. Nem de forma positiva (como reafirmar a presença feminina em um espaço considerado, predominantemente, masculino) ou negativamente (reforço de estereótipo de beleza, comportamento etc.), tampouco estereótipo de raça.

Na parte seguinte, o repórter comenta sobre a plateia, que mesmo em dia de feriado está curtindo a festa, e também informa sobre a apresentação da quadrilha *Pula*

⁹ Segundo Korubo, “fervedouros são nascentes de rios subterrâneos que, geralmente, não têm espaço para vazão da água e, por isso, formam uma espécie de piscina natural. A pressão exercida pela água que jorra do lençol freático permite que as pessoas fiquem flutuando o tempo todo”. Acesso em: 10 ago. 2020. Disponível em: <<https://blog.jalapao.com/voce-sabe-o-que-e-um-fervedouro/>>

Fogueira, que conta a história de um jovem que tentou tirar sua própria vida, no entanto, acabou sendo salvo por um mendigo. A reportagem é finalizada com a mensagem de “superar as adversidades e seguir em frente”, questão destacada pelas apresentações.

Confira como foram as apresentações do Arraiá da Capital desta sexta-feira (21)

Veiculada no dia 22 de junho, a reportagem “Confira como foram as apresentações do Arraiá da Capital desta sexta-feira (21)” teve a duração de três minutos e quarenta e seis segundos. De Heitor Moreira, a reportagem informativa traz o resumo das apresentações de quadrilhas do grupo de acesso. Cinco mulheres, quatro negras e uma branca, e um homem branco são entrevistados.

São mostradas as atrações musicais e comidas típicas do evento. Nesse trecho, duas mulheres são entrevistadas. A primeira é dona de casa negra que comenta sobre gostar de prestigiar a cultura local com a sua família. A outra mulher é uma professora negra que diz gostar de assistir às quadrilhas e, em seguida, dançar forró. Percebemos, ao comparar com as outras reportagens analisadas neste trabalho, que os espaços domésticos ainda são vinculados às mulheres, mesmo que muito já se tenha mudado em relação e “que as mulheres cada vez mais reivindicam seus espaços em diferentes esferas societárias, ocupam espaços que antes eram ocupados por homens e passam a cobrar a divisão de responsabilidades gradativamente nas famílias” (MENESES, 2017, p. 410).

A temática das quadrilhas daquela noite é tratada no conteúdo. A primeira a ser exposta é o grupo Coração Caipira, que teve como tema a tradição do casamento caipira. O foco dessa parte da reportagem é retratar que a noiva engravidada antes do casamento, o noivo foge, é capturado pela polícia e casa mesmo assim. A plateia é foco no próximo trecho da reportagem. Um casal de turistas branco comenta sobre ter adorado as apresentações. Depois disso, o repórter comenta a performance da quadrilha *Encanto Luar* que teve como temática a importância da sanfona para a música brasileira.

No ponto seguinte, os bastidores das quadrilhas recebem destaque. O jornalista entrevista a presidente da *Encanto Luar* que é negra. Ela comenta sobre o processo de preparação para o evento. Sabe-se que existem homens presidindo outros grupos, no entanto, a participação feminina nesse espaço considerado masculino recebeu importante enfoque do profissional. O enfoque dado à outra mulher presidente na matéria anterior é semelhante nesta reportagem. Em outra parte da reportagem, a rainha da quadrilha, uma

mulher branca, fala sobre o tema de seu figurino: sentimentos. Vestida de verde, ela comenta que representa a esperança de um mundo melhor. Não há a exaltação de estereótipos. Na conclusão do conteúdo jornalístico, a performance da quadrilha *Encanto Sertão* é mostrada, cujo tema trata de um casamento de contrastes: a noiva pobre se casa com o noivo rico. Apesar da temática polêmica e clássica da apresentação, pois traz a narrativa de dependência financeira das mulheres em suas relações afetivas com homens, a reportagem abordou outras questões aparentes na manifestação cultural, tais como a fome, desperdício de dinheiro e a desigualdade social. Moreira finaliza a reportagem comentando sobre o futuro resultado da seleção.

Considerações finais

Este trabalho propôs um recorte de gênero e raça em três reportagens televisivas do Jornal Anhanguera 1ª edição veiculadas em junho de 2019 que tratavam o Arraiá da Capital. Cabe destacar que as reportagens possuem um tempo maior que as reportagens comuns do telejornal, a duração do tempo médio é de cerca de três minutos, o que aponta uma valorização do assunto. A manifestação possibilita a interação de pessoas das mais diversas camadas da sociedade, fato que contribui para que a pluralidade de pessoas também seja representada na mídia, conforme exposto acima.

O sexismo, o machismo e o racismo, no entanto, parecem não ter mudado com a mesma intensidade. Ao observarmos o tratamento concedido à mulher na mídia, nos deparamos com um cenário em que esta é tratada, não raro, como objeto de apreciação e sobre a qual se emite uma opinião, em contraponto com aquela que aprecia, que opina, o que se deve tanto ao fato de que a maioria das fontes são homens quanto à própria estereotipação da figura feminina, que reforça desigualdades.

Apesar de as mulheres negras serem maioria nas reportagens analisadas neste trabalho (sete ao todo), elas são apresentadas de forma estereotipada. Sua representatividade está ligada a posições inferiores, demonstram ter sobrecarga de trabalho e são exaltadas por meio de forte sexismo. No caso das mulheres brancas (três concederam entrevista), o discurso que as envolve está mais ligado à neutralidade. Mulheres brancas entrevistadas geralmente ocupam espaço que representam mais poder, locais estes que não chegam a ser ocupados pelas mulheres negras nas reportagens

analisadas. Muitas mulheres, brancas e negras, foram silenciadas nas reportagens por haver um homem que pudesse falar sobre algo que também dissesse respeito a elas.

Os homens brancos (dois entrevistados) em todas as reportagens ocupam espaços de poder e não estão ligados à posição de subalternidade. Já os homens negros aparecem em pequeno número (apenas um), no entanto, quando eles possuem o espaço de fala garantido, conseguem se comunicar sem que sejam objetificados por sua condição de ser homem.

Tendo em vista que os discursos veiculados pela mídia podem contribuir significativamente para a construção das identidades dos sujeitos, entende-se que é preciso não apenas incentivar a presença e a participação das mulheres nos meios de comunicação, mas também é preciso possibilitar que estas possam ser representadas de forma autônoma e se expressar de forma adequada, sem estereótipos.

Temos observado, nas últimas décadas, em todo o mundo, o crescimento massivo de movimentos feministas que lutam por uma maior participação social, política e inserção nos espaços de tomada de decisões. No Brasil, a articulação dos movimentos de mulheres e feministas começou a ganhar força a partir de 2000, quando as denúncias sobre o caráter sexista da mídia nacional começaram a ter maior destaque na agenda feminista, impulsionadas pelo acesso à internet e disseminação das mídias sociais.

Diversas pesquisadoras negras defendem que minorias precisam ter espaço de fala, não só debatendo sobre o que é específico ao seu grupo, mas como pessoas que tenham espaço para estar na cena pública, ascendendo sua própria existência. É necessário que a sociedade e, claro, a mídia, ouçam uma gama plural de vozes. No caso do universo das quadrilhas juninas, as mulheres negras são um grande grupo representativo da manifestação cultural e, por isso, é necessário debater amplamente a representação dessas participantes no âmbito midiático.

Para Ribeiro (2015), é preciso que quebrar estigmas e formas fixas que as pessoas são vistas e representadas na sociedade, que dita quem pode ou não ser ouvido. É necessário que os profissionais pratiquem uma comunicação não violenta, que possa incluir, ouvir e oportunizar espaços de fala e vejam mulheres, em todas as suas interseccionalidades, como autônomas, cidadãs, donas de si e de sua própria voz.

Assim como os direitos sociais, econômicos e culturais significaram um avanço rumo à igualdade, a reivindicação pelo reconhecimento do direito à comunicação vai

ganhando espaço como elemento fundamental na garantia dos cidadãos livres, indo além da liberdade de expressão, da liberdade de ter opiniões, receber e transmitir informações e ideias e se configurando como uma exigência das mulheres à igualdade formal e material de representatividade perante os meios de comunicação.

Dessa forma, cabe também ao Estado estabelecer condições para garantir seu exercício, a ser efetivado por meio de várias medidas como a definição de políticas nacionais de comunicação e outras que sejam capazes de desnaturalizar a visão androcêntrica presente nos meios de comunicação, tida como neutra, mas que traz prejuízos ao reconhecimento do papel da mulher na sociedade atual.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, C. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

ANJOS, A. C. C.; JARDIM, E. N.; TAMIOSO, S. *O Processo de Ancoragem das Festas Juninas no Jornalismo Impresso: Caderno Arte&Vida*. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1811-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

BARBEIRO, P. R. L. H. *Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na tv*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BARBOSA, K. G.; SOUZA, F. *A solidão das meninas negras: apagamento do racismo e negação de experiências nas representações de animações infantis*. *Revista Ecopós*, v. 21, n. 3, 2018.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEFFA, L. *As fontes femininas no jornalismo brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Universidade Positivo, 2017.

CORRÊA et al. *Entre o interacional e o interseccional: contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação*. *Revista Ecopós*, v. 21, n. 3, 2018.

EMERIM, C. *O texto na reportagem de televisão*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2016/resumos/R5-0879-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

JESUS, J. T.; RESENDE, V. L. *A Televisão e sua influência como meio: uma breve historiografia*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/a-televisao-e-sua-influencia-como-meio-uma-breve-historiografia>. Acesso em: 31 out. 2017.

MACHADO, S. A (Sub)alteridade feminina na publicidade e propaganda. In: PARENTE, T. G; MIRANDA, C. M. *Arquiteturas de Gênero: questões e debates*. Palmas: Eduft, 2015.

MENESES, V. D. *Representações das gerações femininas na produção audiovisual infantil*. Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 6, p. 387-416, out.-dez. 2017. Disponível em: DOI: <<http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p387>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MENESES, V. D.; MIRANDA, C. M. Reflexões sobre a cultura da imagem e o imaginário feminino na publicidade. *Revista Observatório*. Palmas, v. 1, n. 1, p.171-193, maio/ago. 2015.

MENESES, V. D.; RIBEIRO, C. J. S. *Reelaboração e invenção nas quadrilhas juninas do Tocantins*. RIF, v. 13, n 30, p. 116-134, dezembro de 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/1817/1316>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

MUNDO NEGRO. *Entreviste um negro: por um jornalismo plural e inclusivo*. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/entreviste-um-negro-por-um-jornalismo-plural-e-inclusivo/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

NEGÓCIOS GLOBO. *Cobertura Globo*. s.d. Online. Disponível em: <<http://negocios8.redeglobo.com.br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

NOGUEIRA, R. D. S. *Comunicar Con Clave de Género*. Uma Análise das Ações da Defensoria del Público e Comunicación Audiovisual para Igualdade na Argentina. Dissertação (Mestrado Acadêmico) do Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. UFT, 2018.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SANTOS et al. *A invisibilidade da mulher negra na mídia*. Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA30_ID122_19062017214709.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.